O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ABORDAGEM DA AUTOMEDICAÇÃO: FATORES PSICOSSOCIAIS E IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO

Autor(res)

Francis Fregonesi Brinholi
Leonardo Coutinho Soares De Oliveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - PIZA

Introdução

A automedicação, definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o uso de medicamentos para tratar sintomas autodiagnosticados, é uma prática histórica que continua relevante e preocupante na saúde pública atual. Medicamentos têm sido essenciais para o diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças desde os tempos antigos, quando civilizações usavam substâncias fitoterápicas. Na era moderna, embora ofereçam uma ampla gama de opções terapêuticas cruciais para a saúde, o fácil acesso e a disponibilidade de medicamentos, muitos dos quais são vendidos sem prescrição médica, resultam no uso inadequado. Isso leva a problemas como interações medicamentosas, reações adversas e resistência microbiana.
Pesquisas destacam a preocupação com a dispersão, comercialização e prescrição inadequada de medicamentos, especialmente em países em desenvolvimento, onde muitos medicamentos são adquiridos sem receita. A automedicação pode aumentar as taxas de morbimortalidade, uma vez que uma parcela significativa dos problemas de saúde está relacionada ao uso inadequado de medicamentos.
No Brasil, a automedicação é influenciada por fatores econômicos, políticos e culturais. A má distribuição de recursos e as condições precárias de saúde em algumas regiões tornam a automedicação mais comum, especialmente em áreas desfavorecidas. Além disso, o fácil acesso a medicamentos de venda livre (Medicamento Isento de Prescrição, MIP) e a qualidade limitada dos serviços de saúde pública facilitam essa prática.

Objetivo

Para enfrentar esses desafios, é crucial compreender os fatores que impulsionam a automedicação e adotar medidas eficazes para promover o uso responsável de medicamentos, protegendo a saúde pública. A pesquisa visa identificar os principais fatores que levam à automedicação, apresentar seu impacto na saúde pública e discutir o papel do farmacêutico, estratégias para promover o uso racional de medicamentos e reduzir a automedicação

Material e Métodos

A metodologia utilizada9 foi a revisão de literatura conduzida com base em buscas em renomadas bases de dados, como a Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Literatura Latino Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Essas fontes foram escolhidas

devido à sua abrangência e reconhecimento na área da saúde e pesquisa científica. Além disso, foram consultados livros e outras fontes complementares de relevância, incluindo o Google Acadêmico, que permitiu ampliar o escopo da pesquisa e garantir uma visão abrangente sobre o tema. Todo o material utilizado foi selecionado com base em critérios de atualidade, pertinência e qualidade, priorizando obras e estudos publicados a partir do ano 2002 até 2022 para garantir a relevância das informações no contexto contemporâneo.

Resultados e Discussão

A automedicação, definida como o uso de medicamentos sem prescrição médica, em que o próprio paciente decide qual fármaco utilizar (Loyola et al., 2002), é uma prática amplamente disseminada globalmente. Essa prática pode ocorrer de diversas formas, como a aquisição de medicamentos sem receita, o compartilhamento de remédios com familiares ou amigos e a reutilização de sobras e prescrições antigas (Loyola et al., 2002).

Fatores econômicos, políticos e culturais influenciam a automedicação, tornando-se um problema significativo de saúde pública (Aquino, 2007). No Brasil, a maior disponibilidade de produtos no mercado e o acesso facilitado a Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) contribuem para a familiaridade dos usuários leigos com os medicamentos e, consequentemente, para a automedicação (Loyola et al., 2002).

A globalização econômica também impacta a automedicação, reduzindo o papel do Estado como motor do desenvolvimento socioeconômico e diminuindo os investimentos sociais, inclusive em saúde. Nos países mais pobres, essa redução de investimentos dificulta o acesso da população aos serviços formais de saúde, aumentando a prática da automedicação (Loyola et al., 2002).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a automedicação um dos maiores desafios para o uso racional de medicamentos. A OMS propõe que o uso racional de medicamentos deve basear-se em critérios como necessidade de uso, prescrição adequada, disponibilidade oportuna, preço acessível, dispensação adequada por profissional qualificado e cumprimento do regime terapêutico prescrito (Aquino, 2007).

A dispensação de medicamentos, um ato farmacêutico que envolve a distribuição de medicamentos em resposta a uma prescrição médica, representa uma oportunidade para promover o uso racional de medicamentos e fornecer orientação em saúde. O farmacêutico desempenha um papel crucial como agente de saúde (Aquino, 2007).

No Brasil, a automedicação não se restringe a medicamentos de venda livre, mas também inclui medicamentos de tarja vermelha e preta, que exigem prescrição médica, tornando a prática ainda mais preocupante (Oliveira; Lima, 2010). Além disso, o crescimento da indústria farmacêutica, que investe neste mercado promissor, tem levado ao aumento do consumo inadequado de medicamentos (Cerqueira et al., 2012).

O uso abusivo e indiscriminado de medicamentos apresenta sérios riscos. Loyola Filho (2002) destaca que essa prática pode mascarar ou retardar o diagnóstico de condições mais sérias, dificultando a atuação dos profissionais de saúde, uma vez que os pacientes nem sempre mencionam o uso de automedicação durante as consultas médicas. Em um estudo com idosos, identificou-se o abuso de várias classes de medicamentos, incluindo analgésicos, anti-inflamatórios, vitaminas, antibióticos e outros.

Os prejuízos da automedicação incluem gastos desnecessários com medicamentos, atrasos no diagnóstico e

tratamento adequado, reações adversas e intoxicações. Os efeitos adversos podem mascarar sintomas de doenças subjacentes, levando a diagnósticos incorretos e criando novos problemas de saúde. Em casos graves, a automedicação pode resultar em hospitalização ou até mesmo morte (Loyola Filho et al., 2005).

A Atenção Farmacêutica é uma abordagem que coloca o farmacêutico como zelador da qualidade de vida do paciente (Silva et al., 2017). Este profissional busca identificar e resolver problemas relacionados à farmacoterapia, promovendo melhor qualidade de vida por meio da cooperação do paciente e da equipe de saúde. A prática envolve educação, aconselhamento e acompanhamento, focando no uso adequado de medicamentos (Silva et al., 2018).

Um dos principais objetivos da Atenção Farmacêutica é promover o uso racional de medicamentos. Isso envolve a venda de medicamentos em doses adequadas, considerando a individualidade do paciente e o uso correto, evitando sobras que poderiam levar à automedicação (Dantas et al., 2021).
Intervenções farmacêuticas podem reduzir a morbimortalidade teoricamente (André-Lázaro e Andreu, 2018) e diminuir os custos dos sistemas de saúde, promovendo maior adesão à farmacoterapia do paciente (Brasil, 2020). As principais atividades do farmacêutico incluem a revisão e intervenção na prescrição médica, orientação aos pacientes sobre a importância de seguir orientações médicas e farmacêuticas, avaliação do perfil de saúde do paciente e identificação de possíveis interações medicamentosas e efeitos colaterais (Brasil, 2012). Além disso, o farmacêutico tem um papel importante na educação em saúde, conscientizando pacientes e equipes de saúde sobre os riscos do uso indevido de medicamentos (Garcia et al., 2018)

Conclusão

A relevância do farmacêutico na luta contra a automedicação, um problema global significativo, é clara. Esta prática é um sério desafio à saúde pública, e a atenção farmacêutica surge como uma solução eficaz. O farmacêutico não só aborda questões de terapia medicamentosa, mas também promove o uso responsável dos medicamentos, oferecendo orientação personalizada em diversas influências socioeconômicas e culturais.

A automedicação não se restringe a medicamentos de venda livre, incluindo também os que requerem prescrição. Nesse contexto, o farmacêutico é vital ao fornecer informações precisas e orientar pacientes para evitar danos do uso inadequado de medicamentos.

Fortalecer e expandir as práticas de atenção farmacêutica é crucial, reconhecendo o papel essencial dos farmacêuticos na promoção do uso seguro, eficaz e racional de medicamentos. Dessa forma, podemos progredir para uma sociedade mais saudável e consciente, com cuidados de saúde integrados e colaborativos.

Referências

AQUINO, Daniela Silva; Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? Ciência & Saúde Coletiva, v.13, p.733–736, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000700023. Acesso em: 13 fev. 2024.

ARRAIS, Paulo. Sergio. D. Perfil da automedicação no Brasil. Rev. Saúde Pública, 31: (1) 71-7: 1997. Disponível em: https://revistas.ufg.br/REF/article/download/4616/3938. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Conferência Nacional de Saúde, 10.ª, 1996, Brasília; Seminário Nacional sobre Política de Medicamentos, Assistência Farmacêutica: acesso aos medicamentos e qualidade de vida: rumos e perspectivas no Brasil. Brasília: CNS, 1996.

CERQUEIRA, Gilberto. Santos. Perfil da automedicação em acadêmicos de Enfermagem na cidade de João Pessoa. Rev. Medicina, Ribeirão Preto, 45:5-11, 2012. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/268327467.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

DANTAS, Vanessa de Andrade; SANTOS, Cleberson W. A Importância do farmacêutico na Atenção primária de Saúde. Revista Acadêmica Oswaldo Cruz. Disponível em: https://oswaldocruz.br/revista_academica/content/pdf/Edicao31_Vanessa_Dantas.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

GARCIA, Antonio. Leonardo. Freitas. et al. (2018). Automedicação e adesão ao tratamento medicamentoso: avaliação dos participantes do programa Universidade do Envelhecer. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 21, n. 6, p. 691-700. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/TsG59Tf6dH4KFTCfc5nX4jD/?lang=pt. Acesso em: 01 mar. 2024.

LIMA, A. A. A.; RODRIGUES, R. V. Automedicação - O uso indiscriminado de medicamentos pela população de Porto Velho. [on line], Disponível em: http://www.unir.br/html/pesquisa/Pibic_XIV/pibic2006. Acesso em: 10 fev. 2024.
LOYOLA FILHO, Antônio Ignacio, Uchoa E, Guerra HL, Firmo JOA, Lima-Costa MF. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. Rev Saúde Pública. 2002;36(1):55-62. DOI:10.1590/S0034-89102002000100009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/RY4K7Ydpy5fzbp7kxj6NPQw/. Acesso em: 05 mar. 2024.

MUSIAL Castro, D.; SANTOS, Dutra, J.; ALEXANDRINO, Becker, T. A automedicação entre os brasileiros. SaBios-Revista de Saúde e Biologia, América do Norte, 229 12 2007. Disponível em: https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios/article/view/85/36/. Acesso em: 05 mar. 2024.

OLIVEIRA, Roberta; ALMEIDA, Henrique Francisco De; ALMEIDA, Mônica Batista De ; ALMEIDA, Flávia De; MENEZES, Jéssica Santos; DIAS, Thays Almeida Pereira. Análise do perfil de sensibilidade aos antimicrobianos de um hospital público

de Aracaju, Sergipe. Rev. de Ciências Biológicas e da Saúde, 12(12): 2010.

Disponível em: https://www.rbac.org.br/artigos/analise-do-perfil-de-sensibilidade-aosantimicrobianos-de-um-hospital-publico-de-aracaju-sergipe/. Acesso em: 15 fev.
2024.
SANTOS. Vitor Barbosa. et al. A importância do papel do farmacêutico na Atenção Básica. Rev. Bras. Pesq. Saúde, v. 19, p. 39-42, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/17715/12141. Acesso em: 20 mar. 2023

SILVA, Ilane. Magalhães., Catrib, Ana. Maria. Fontenelle., Matos, Vânia. Cordeiro., Gondim, Ana. Paula. Soares. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. Cienc. Saúde Colet. 2009; 16 (Supl. 1): 1651-1660. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v16s1/101v16s1.pdfa. Acesso em: 11 mar, 2023

VITOR, Ricardo Sozo et al. Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS. Ciências & Saúde Coletiva, 2008 p. 737-743. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/VcBmGRRMD7CCDNSPq89Q46J/abstract/?lang=pt. Acesso em: 2 fev. 2024